

POCHMANN, NEGOCIA JÁ!

Mobilização dos trabalhadores do IBGE pela negociação da pauta de GREVE

Ao longo deste ano, os trabalhadores do IBGE, por meio de seu sindicato, buscaram debater as pautas da categoria com a Direção do órgão. Foram mais de cinco ofícios solicitando reuniões entre a ASSIBGE-SN e a gestão para discutir as demandas represadas. Todas as tentativas ficaram sem resposta. A última reunião entre o Sindicato e a Direção do IBGE ocorreu em outubro de 2025, sem a presença do presidente do órgão, Marcio Pochmann. A ruptura unilateral do diálogo por parte da gestão do IBGE gerou um acúmulo de problemas que culminou no movimento grevista.

Diante do encerramento da interlocução por parte da Direção, as trabalhadoras e os trabalhadores do órgão aprovaram, no segundo maior fórum da categoria, a construção de uma greve com o objetivo de negociar pontos fundamentais: a inclusão dos novos servidores no Programa de Gestão e Desempenho (PGD), o retorno dos critérios legais para o pagamento das indenizações de campo, o reajuste e a garantia de direitos aos trabalhadores temporários e a eleição do Comitê de Carreira. O fechamento do diálogo e a postura pouco democrática da gestão deixaram claro para a categoria que o autoritarismo da Direção do IBGE representa um risco às condições de trabalho.

Esse risco ficou evidente com a tentativa frustrada de criação da fundação de apoio público-privada IBGE+. Após denúncia do Sindicato e grande mobilização dos servidores, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou o encerramento da instituição por identificar ilegalidades em seu processo de criação. Corroborando o entendimento da Advocacia-Geral da União, o TCU concluiu que a fundação não cumpria requisitos legais fundamentais, como "lei complementar definindo suas áreas de atuação", "lei autorizativa ordinária" e "aprovação de seu Estatuto por decreto presidencial". A tentativa de criação da fundação de apoio ameaçou inclusive o papel do parlamento na autorização legal desse tipo de entidade.

Outro risco combatido pela categoria durante a gestão de Marcio Pochmann foi a tentativa de alteração no Estatuto do IBGE. A proposta centralizaria poderes nas mãos do Presidente e extinguiria o papel deliberativo do Conselho Diretor. Mais recentemente, o contrato firmado entre o IBGE e o SERPRO — que permite a transferência dos bancos de dados do Instituto por meio de um instrumento jurídico questionado pelo sindicato — passou a ser alvo de severas críticas. Na avaliação do Sindicato, o IBGE possui infraestrutura própria para o processamento de dados, e não houve debate suficiente com o corpo técnico sobre a necessidade dessa medida.

Nessa conjuntura marcada pela indisposição da Direção em debater temas fundamentais, a categoria deliberou pela greve. O movimento cumpriu rigorosamente as exigências legais: prévia tentativa de negociação, aprovação em assembleia e notificação antecipada. A paralisação do trabalho constitui um instrumento legítimo de cidadania e de reequilíbrio nas relações trabalhistas, assegurado pelo Estado Democrático de Direito, e, dentro desses marcos, cabe à instituição estabelecer uma mesa setorial para dialogar com os trabalhadores. No entanto, a gestão insiste em fugir da sua obrigação.

O papel do Parlamento na resolução desse conflito é fundamental para a normalização das condições de trabalho e para o restabelecimento dos canais de diálogo entre a Direção do IBGE e a representação legítima dos servidores. Solicitamos o apoio dos parlamentares no diálogo junto ao IBGE para a instalação da mesa setorial de negociação.



ASSIBGE
Sindicato Nacional